

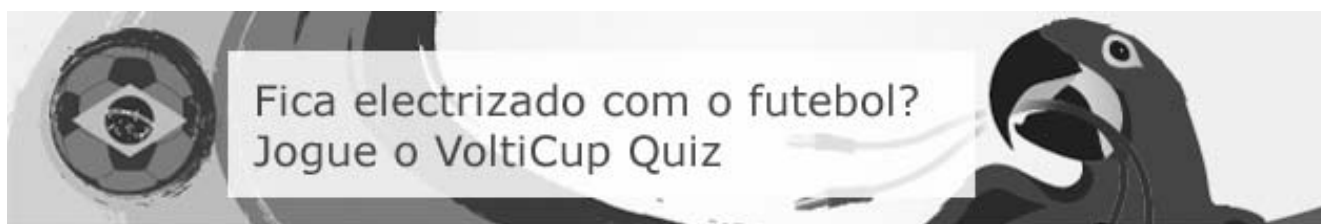
Termo de pesquisa...

Meu Perfil



--	--	--	--

You are already logged in.



Facebook

Tweet

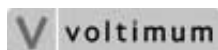
LinkedIn

Google +

Email

ShareThis

g+1



Em discussão pública a nova legislação sobre a produção de energia eléctrica para autoconsumo

24.07.2014

O que está em causa



O decreto-lei sobre instalações em regime de autoconsumo tem estado em discussão pública e prevê a criação de três novos enquadramentos legais: autoconsumo sem ligação de potência à rede, com ligação de potência à rede e em sistemas isolados da RESP (redes do Sistema Eléctrico de Serviço Público).

De acordo com a Ambiente online “As Associações do sector têm vindo a reclamar um enquadramento legal que permita a injeção na rede dos excedentes de produção, remunerados a preço de mercado. O sector fotovoltaico tem vindo a sublinhar o vazio legal que persiste desde 2012, altura em que foi revogado o enquadramento legal em vigor para as instalações de autoconsumo, sem simultaneamente se proceder à publicação da nova legislação”.

Apesar de já se encontrar aprovado a possibilidade de realizar projectos de autoconsumo, em paralelo com a rede, até 1MWn desde Julho de 2013, nomeadamente, com a publicação da Portaria da Comunicação Prévia nº237, de 24 Julho 2013, na qual se assegura precisamente o licenciamento simplificado para unidades de produção em autoconsumo, a legislação nesta matéria tem apresentado diversas lacunas às quais este novo diploma em discussão pretende agora responder.

Assim, especificamente no que diz respeito ao autoconsumo, uma das principais novidades diz respeito ao facto de não obrigar as instalações a ter uma quota de atribuição de potência, como sucedia até hoje na micro e miniprodução, tornando assim livre o acesso a este modelo.

Para instalações até 700 watts de potência é apenas necessária uma comunicação prévia por via electrónica à DGEG (Direcção-Geral de Energia e Geologia). Acima dos 700 watts será necessário um certificado de exploração. Só os equipamentos com mais de um megawatt (MW) de potência é que precisarão de ter uma licença de exploração e produção.

No diploma do Governo está ainda prevista uma cláusula que garante que, se o mercado do autoconsumo crescer muito rapidamente, o sistema eléctrico não entra em desequilíbrio. Caso a produção para autoconsumo for um sucesso, o sistema perderá parte do consumo que

normalmente suporta os custos do sector. Se isso suceder, a legislação prevê que as instalações de produção para autoconsumo paguem uma contribuição ao sistema, mas os equipamentos até 1.000 watts estarão isentos. No entanto, este cenário só se colocará quando forem atingidos 180MW em instalações para autoconsumo.

Em termos processuais, os candidatos ao autoconsumo terão de emitir uma carta, declarando o compromisso em não injectar potência na RESP, não ingressar em qualquer regime bonificado e aceitar a imediata integração da instalação ao abrigo do regime de autoconsumo, que está em preparação. No acto da candidatura, “deverá ser anexada a memória descritiva do projecto, identificando a solução técnica a validar na data da inspecção, e garantindo que o operador de rede aceita a ligação desta solução de autoconsumo à RESP. A instalação de autoconsumo deve contemplar o local para a instalação futura de um contador de produção, ainda que a DGEG garanta que não existirá qualquer encargo relacionado com a quantidade de energia produzida e consumida localmente. O tipo de contador a instalar ainda não está definido, pelo que a instalação tem de prever a sua colocação ou alteração posterior. As instalações têm de cumprir as regras técnicas vigentes para as instalações eléctricas”, lê-se no comunicado da APESF.

Durante este período em que o anteprojecto tem estado em análise, têm-se feito ouvir diversas **reações** por parte do sector.

Rui Lobo, director da Lobo Solar, disse à Edifícios e Energia que o projecto “Não é mau, mas não vai revitalizar o sector”. Para este empresário, este projecto “não é suficientemente ambiciosa e, por si só, não vai constituir grande incentivo ao ressurgimento do sector fotovoltaico. (...) o [eventual] diploma pode ser interessante para os consumidores domésticos e pequenas indústrias, mas não é atractivo para os grandes consumidores de energia”, criticando ainda a obrigatoriedade da instalação de contadores, pois isso levantará questões a nível da cobertura em locais isolados, por exemplo.

É também neste aspecto que o ex-presidente da APISOLAR, Cláudio Monteiro, manifesta as suas dúvidas: “É uma solução que não é necessária e vai encarecer os produtores”, diz.

FONTES: Edifícios e Energia | Green Savers | Ambiente Online | Renováveis Magazine



LINKS

- **Descarregue AQUI o diploma que se encontra em discussão pública**

Google +

OUTROS ARTIGOS SEMELHANTES

- **Autoconsumo, um novo futuro?**

- ▶ **"Autoconsumo, um novo futuro?" | Apresentações...**
- ▶ **Decreto-lei nº 68/2002, de 25 de Março**
- ▶ **Portaria da Comunicação Prévia (nº237 de 24 Julho 2013)**
- ▶ **Newsletter nº 174 | VoltiNEWS especial Autoconsumo'14**

1 PERGUNTA

2 Segundos para responder

infinitamente melhor para si!

Responda a esta questão

MAPA DO SITE

[Início](#)

[Produtos](#)

[Notícias](#)

[Temas Técnicos](#)

[Aplicações](#)

[eUniversity](#)

OUTROS LINKS

[Grupo Voltimum](#)

[Sobre a Voltimum](#)

[Voltimum Interactive
Services](#)

[Termos & Condições](#)

[Contactos](#)

REDES SOCIAIS

[Facebook](#)

[Twitter](#)

[YouTube](#)

[Informação sobre o provedor](#) • [© 2002-2014 Voltimum](#) • [Todos os direitos reservados](#)